

O DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS DA ECONOMIA BRASILEIRA E AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO/DESINTERVENÇÃO REVELADOS PELOS DISCURSOS DE POSSE PRESIDENCIAL, A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Bruna Subtil Faccioli (IC) e Paulo Rogério Scarano (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o que revelam os discursos de posse presidencial, desde 1990, sobre o momento econômico e as direções a serem tomadas pelo novo governo, categorizando tais ações em termos de intervenção ou desintervenção, a partir da abordagem teórica dos ciclos de intervenção-crise-desintervenção de Sanford Ikeda. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza como método de procedimento a análise textual do conteúdo de um *corpus* constituído pelos discursos inaugurais dos seguintes presidentes: Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (1º e 2º mandatos), Lula (1º e 2º mandatos), Dilma Rousseff (1º e 2º mandatos), Michel Temer e Bolsonaro. A análise revela os pontos críticos, ou seja, associados a situações de crise, diagnosticados pelo presidente recém-empossado e indica pistas sobre o caráter mais intervencionista ou desintervencionista de suas políticas. Revela-se, ainda, que nenhum discurso pode ser categorizado como puramente intervencionista ou desintervencionista.

Palavras-chave: Intervenção, Crise, Desintervenção.

ABSTRACT

This research aims to analyze what the presidential inauguration speeches since 1990 reveal about the economic moment and the directions to be taken by the new government, categorizing such actions in terms of intervention or dis-intervention, from the theoretical approach of cycles of intervention-crisis-dis-intervention by Sanford Ikeda. This qualitative research performs the textual analysis of the content of a corpus consisting of the inaugural speeches of the following presidents: Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (1st and 2nd terms), Lula (1st and 2nd terms), Dilma Rousseff (1st and 2nd terms), Michel Temer and Bolsonaro. The analysis reveals the critical points, that is, associated with crisis situations, diagnosed by the newly inaugurated president, and indicates clues about the more interventionist or non-interventionist nature of his policies. It is also revealed that no discourse can be categorized as purely interventionist or non-interventionist.

Keywords: Intervention, Crisis, Dis-intervention

1. INTRODUÇÃO

O que motivou o desenvolvimento deste trabalho é a constatação de que manifestações de crise (como inflação, desemprego, recessão, esgotamento financeiro do setor público etc.) são recorrentes no Brasil e, frequentemente, resultado de ações/intervenções malsucedidas de governos. Muitas dessas ações podem ser antecipadas já no discurso de posse presidencial. Desse modo, a questão que norteia a presente pesquisa pode ser expressa do seguinte modo: “o que revelam os discursos de posse presidencial sobre o momento econômico e as direções a serem tomadas pelo governo, em termos de intervenção ou desintervenção, a partir da primeira eleição para Presidente pós-redemocratização?”. Assim, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o diagnóstico e as propostas de ação, revelados pelos discursos de posse presidencial no período 1990-2019. Para atingir o objetivo geral, o trabalho perseguirá os seguintes objetivos específicos: 1) caracterizar o modelo teórico de ciclos de intervenção-crise-desintervenção; 2) identificar o diagnóstico que cada presidente eleito faz do período anterior, apontando pontos críticos (elementos que podem ser associados a uma situação de crise) e o que levou a eles; e 3) avaliar o padrão das ações propostas no discurso inaugural sob as lentes dos conceitos de intervenção e desintervenção.

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, utiliza-se da análise do conteúdo dos discursos de posse dos presidentes mencionados, codificando-os e classificando tais códigos nas categorias analíticas inspiradas no modelo de intervenção-crise-desintervenção de Sanford Ikeda (1997, 2015). Para tanto, será utilizado o auxílio computacional do pacote de análise qualitativa RQDA, desenvolvido para o software estatístico R (HUANG, 2016).

Após a presente Introdução, a segunda seção apresenta a abordagem teórica dos ciclos de intervenção-crise-desintervenção de Sanford Ikeda (1997, 2015). Já a terceira seção aborda a metodologia do trabalho, detalhando os procedimentos relativos à análise do conteúdo dos discursos presidenciais que constituem o *corpus* desta investigação. A quarta seção apresenta e discute os resultados encontrados. Por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: OS CICLOS DE INTERVENÇÃO-CRISE-DESINTERVENÇÃO

O intervencionismo é uma doutrina política baseada na crença de que as autoridades governamentais podem efetivamente dirigir um "caminho intermediário" entre o capitalismo *laissez-faire* e o planejamento central coletivista. O intervencionismo dá origem à chamada economia mista (IKEDA, 2015, p. 393).

Barbieri (2017) mostra que para Mises, intervenção é “... uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e os empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam” (BARBIERI, 2017, p. 102). A dinâmica intervencionista vira uma bola de neve, pois outros problemas surgirão decorrentes da intervenção realizada anteriormente. Nesse sentido, “com a ideologia estatista, o fracasso de uma intervenção gera demandas por novas intervenções” (BARBIERI, 2017, p. 103). Para Ikeda o sistema intervencionista se retro-alimenta, estabilizando o sistema.

Isso pode criar um ciclo de intervenção, gerando uma crise no sistema político-econômico, pois o sistema de preços será distorcido, não transmitindo informações sobre escassez, nem cálculos razoáveis sobre lucros e perdas. Avaliando as contribuições de Hayek e Kirzner, Barbieri (2017) mostra que:

[...] todas as intervenções podem ser analisadas em termos da diminuição da capacidade de adaptação dos mercados às mudanças que continuamente ocorrem nas economias. Os erros acumulados e as consequências não intencionais das intervenções são então explicados pelo bloqueio à atividade empresarial de descoberta que caracteriza a competição em mercados livres (BARBIERI, 2017, p. 104).

A desintervenção diminuiria a alçada da autoridade governamental, tornando o sistema mais livre de processos de descoberta supérfluos e os investimentos privados fluiriam para os setores com retornos mais altos do que aqueles que antes eram beneficiados pela intervenção estatal (IKEDA, 2015, p. 411).

No entanto, Ikeda (2015) ressalta que existe um paradoxo na abordagem misesiana do intervencionismo, segundo a qual uma economia mista seria contraditória, incoerente e insustentável. No entanto, economias mistas têm perdurado por muito tempo, sem necessariamente dirigirem-se para o socialismo e nem se tornarem absolutamente liberais economicamente. Nesse sentido, Ikeda (2015, p. 401) diz que a visão de que “a instabilidade não implica transitoriedade” e “a economia mista nunca é estável de modo a oscilar constantemente entre o coletivismo e o livre mercado.”. A ideologia, os princípios e valores favoráveis ou contrários ao intervencionismo são as forças motrizes subjacentes às demandas populares por mais ou menos intervenção, particularmente quando uma sociedade tem de lidar com as consequências não pretendidas perversas do intervencionismo (IKEDA, 1997, p. 110–112).

Para Ikeda (1997), as preferências ideológicas são em larga medida exógenas, mas ocorrem modificações na taxa marginal de substituição entre a ação voluntária e a ação estatal conforme estejamos em diferentes fases do ciclo: no extremo liberal, demandam-se mais intervenções, no extremo estatista preferem-se liberalizações.

No trecho abaixo, Abreu *et al.* resumem a abordagem teórica dos ciclos de intervenção-crise-desintervenção:

Com base nas contribuições seminais de Mises e Rothbard, economistas austríacos contemporâneos como Ikeda (1997; 2015) e Barbieri (2013) procuraram analisar o Intervencionismo a partir da perspectiva dos ciclos de intervenção, crise e desintervenção. Esse tipo de análise nos ajuda a entender as forças que moldam a dinâmica alternada entre intervenção e liberalização. Para Ikeda (2015), na fase expansionista do ciclo, uma política específica de intervenção pode desencadear um mecanismo do tipo “bola de neve”, que leva a novas políticas intervencionistas e, eventualmente, a uma crise. Nesse ponto, normalmente existe uma escolha entre o estatismo radical e, alternativamente a reversão do intervencionismo estatal. No entanto, como destaca Barbieri (2013), quando as reformas liberalizantes aliviam a crise, elas tendem a ser abortadas. Nesse ponto, práticas intervencionistas são, mais uma vez, retomadas. Os sistemas econômicos híbridos são análogos às doenças crônicas difíceis de tratar. Exige-se, assim, um diagnóstico preciso para fundamentar estratégias práticas que busquem uma liberalização sustentável a longo prazo. (ABREU *et al.*, 2019, p. 3, tradução nossa).

Nesse contexto, pode-se conceituar:

i) Intervenção - quando o Estado toma uma série de medidas interferindo diretamente na economia, não deixando que as trocas de direitos de propriedade ocorram livremente por meio do mercado, impondo controle de capitais, regulação, oneração tributária etc., com a pretensão de “corrigir” falhas de mercado. Mas, as intervenções podem ocasionar consequências perversas, não antecipadas, denominadas falhas de governo, frequentemente desencadeando novas intervenções.

ii) Crise - quando as ações/intervenções malsucedidas de governos geram problemas econômicos, como inflação, desemprego, desvalorização cambial, recessão econômica, etc.

iii) Desintervenção é quando o Estado deixa de tomar medidas intervencionistas e passa a tomar medidas liberalizantes, como desregulamentação, privatização etc.

3. METODOLOGIA

Para avaliar a contribuição do esquema analítico fornecido por Ikeda (1997, 2015) para o entendimento dos diagnósticos e propostas de ações que envolvam intervenção ou desintervenção, presentes nos discursos de posse presidencial desde 1990, realizar-se-á uma pesquisa qualitativa. Para Godoy, a pesquisa qualitativa:

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58)

Esse tipo de pesquisa utiliza análise documental porque, como ressalta Godoy (1995b), os documentos constituem uma fonte importante de dados para estudos qualitativos. Nesse sentido:

O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, A. S., 1995, p. 21).

Nesse contexto, realizar-se-á uma análise textual interpretativa. Os conceitos-análise, que são os objetos de análise do presente trabalho, serão estabelecidos *a priori*, baseados na abordagem teórica dos ciclos do intervencionismo de Ikeda (1997, 2015), e serão organizados categoricamente em 1) intervenção; 2) crise; e 3) desintervenção. Os conceitos-análise foram estabelecidos *a priori* porque a preocupação aqui é com o tema específico dos ciclos de intervenção-crise-desintervenção.

O *corpus* do presente trabalho será constituído pelo conjunto dos discursos de posse: de Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco, do primeiro mandato e do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, do primeiro mandato e do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, do primeiro mandato e do segundo mandato de Dilma Rousseff, de Itamar Franco e de Jair Messias Bolsonaro, obtidos no sítio da Biblioteca da Presidência da República, na Internet (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020). Portanto, os enunciadores serão todos os presidentes brasileiros empossados a partir de 1990.

Inicialmente, será realizada uma varredura objetiva dos textos referentes a cada um dos discursos componentes do *corpus* da presente investigação, com o objetivo de identificar os principais temas presentes na ocasião do discurso e da perspectiva do enunciador do discurso. Após a varredura objetiva inicial, será realizada a leitura analítica, com o apoio do pacote de análise qualitativa RQDA do software estatístico R. O RQDA possibilita a importação dos textos componentes do *corpus* do presente trabalho, a codificação das evidências textuais e sua organização em categorias relacionadas aos conceitos-análise estabelecidos, bem como a tabulação, formatação e apresentação do relato de análise da presente investigação. Após o tratamento textual, o trabalho partirá para a avaliação das evidências dos ciclos de intervenção-crise-desintervenção no Brasil, a partir da redemocratização.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O presente trabalho procurou mapear a frequência com que evidências textuais relacionadas às categorias crise, intervenção e desintervenção apareciam no discurso de cada presidente empossado. O quadro abaixo sintetiza os resultados gerais e evidencia que os discursos mais intervencionistas foram os dos primeiros e segundos mandatos de Lula da

Silva e de Dilma Rousseff e os mais desintervencionistas foram os de Collor de Mello, do segundo mandato de FHC, de Temer e de Bolsonaro. As subseções subsequentes apresentarão algumas evidências textuais dos discursos de cada presidente empossado.

Tabela 1 - Frequência de referências a cada categoria nos discursos presidenciais

	crise	desintervenção	intervenção
1990 Collor	22	27	9
1992 Itamar	12	8	7
1995 FHC1	14	3	2
1999 FHC2	13	17	2
2003 Lula1	16	4	11
2007 Lula 2	18	4	22
2011 Dilma 1	10	4	23
2015 Dilma 2	17	7	28
2016 Temer	16	19	6
2019 Bolsonaro	7	10	1
Total	145	103	111

Fonte: Elaboração Própria.

4.1. Fernando Afonso Collor de Melo (1990 - 1992)

O presidente Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após a redemocratização. Ao tomar posse, Collor herdou o seguinte cenário político de seu antecessor José Sarney: diversos planos econômicos que não deram certo (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão), superinflação¹, deterioração fiscal, aumento da dívida pública. A superinflação foi o ponto principal a ser combatido no governo de Collor, como se observa em seu discurso de posse:

Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. (...) A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo. (COLLOR DE MELLO, 1990a)

¹ Nesse trabalho optou-se por utilizar o termo superinflação, em vez de hiperinflação. Não há consenso entre os economistas sobre um patamar a partir do qual a economia entra em hiperinflação, mas os economistas concordam que as principais características dos processos hiperinflacionários são a perda total de confiança na moeda local e a desorganização do sistema econômico (RUIZ DE GAMBOA; VASCONCELLOS; TUROLLA, 2016). No Brasil, a despeito das elevadas taxas e da disfuncionalidade inflacionária, o sistema econômico não se desarticulou.

Collor de Mello indica que pretende adotar uma postura mais desintervencionista, dado que frequentemente emergiram, em seu discurso, evidências textuais relacionadas à abertura econômica, desestatização, reforma do setor público, ajuste e reforma fiscal:

Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. [...] Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. [...] O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. [...] É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo. [...]

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária.

[...]

É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. (COLLOR DE MELLO, 1990a, 1990b)

Collor aborda em seu discurso a questões de pobreza e desigualdade como pontos críticos. A despeito do discurso em favor da liberdade econômica, Collor de Mello afirma ter compromisso com a redução da pobreza, que, em sua visão, não seria resolvido pelo automatismo do mercado. No entanto, sinaliza que não promoverá um “redistributivismo inconsequente”, como política de programas sociais:

A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça.

[...]

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconsequente em prejuízo do esforço produtivo. (COLLOR DE MELLO, 1990a, 1990b)

4.2. Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 - 1995)

No governo Collor houve o bloqueio de cerca de metade dos depósitos à vista, 80% das aplicações de *overnight* e fundos de curto prazo e cerca de um terço dos depósitos de poupança. Bloqueou-se em torno de 70% do M4 da economia (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2016), mas o plano funcionou apenas por um curto espaço de tempo, sendo que a inflação retornou com força, frustrando todas as tentativas posteriores de estabilização empreendidas por Collor. Por fim, o presidente Fernando Collor se envolveu em um processo de corrupção e sofreu impeachment. O presidente Itamar Franco era vice-presidente quando tomou posse após Fernando Collor sofrer o impeachment. Ao tomar posse

Itamar herdou o seguinte cenário político de seu antecessor Fernando Collor: superinflação e crise política causada pelo impeachment. Itamar abre seu discurso falando sobre a crise que o governo enfrentará, como a crise política, a pobreza/desigualdade e recessão:

Pode orgulhar-se a Nação capaz de dominar as suas mais graves crises políticas na ordem da Lei.

[...]

Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história.

[...]

Como nestes três anos a população aumentou, a redução [do PIB] per capita registrada é de quase dez por cento. Em suma: o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu o País dez por cento em apenas trinta meses. (FRANCO, 1992)

Notam-se mais traços de uma inclinação ligeiramente intervencionista na economia, como crítica a agenda liberal, a visão de que cabe ao governo o fomento do desenvolvimento, por meio de incentivos governamentais, além de uma postura em favor da reforma agrária:

Nos quase três anos em que se proclamou a falsa modernidade como programa de Governo, o resultado representou alguns passos atrás na economia do País. (...) A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos. (...) Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro? E de onde poderá tirar o Governo recursos para remunerar com tais taxas os seus credores?

[...]

As instituições financeiras do Governo Federal, entre elas o BNDES, retornarão aos seus objetivos, que são os de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

[...]

Estamos tomando medidas para que os remédios e alimentos se tornem mais baratos. E esperamos fazê-lo com relação aos bens de consumo geral. Reduzimos as tarifas de energia elétrica para os pequenos consumidores e estudamos medidas análogas, no quadro de políticas sociais compensatórias. (FRANCO, 1992)

4.3. 1º Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998)

No governo de Itamar Franco, um dos grandes destaques de seu governo foi o Plano Real, elaborado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), então Ministro da Fazenda. Com esse plano, Itamar Franco conseguiu conter a inflação e alcançou a estabilidade econômica. Ainda assim, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tomar posse, herdou o seguinte quadro: desequilíbrio fiscal e uma estabilidade inflacionária muito dependente da ancoragem cambial. Neste sentido, FHC aponta que o ajuste foi obtido de maneira pacífica, respeitando contratos, como é possível observar na passagem abaixo:

Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação. (CARDOSO, 1995)

Com isso, podemos notar que ele aborda alguns aspectos de desintervenção, como abertura econômica, sem abrir mão da soberania brasileira:

Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la. (CARDOSO, 1995)

4.4. 2º Governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 - 2002)

Em um balanço sobre os desafios enfrentados em seu primeiro mandato, FHC dá destaque para as crises estrangeiras (mexicana - 1995; asiática – 1997; russa - 1998), que pressionavam a âncora cambial e exigiam elevadas taxas de juros, com reflexos negativos para o nível de emprego no Brasil. As passagens a seguir ilustram essa preocupação:

Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. (...) Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o emprego.

[...]

A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. (CARDOSO, 1999)

Pode-se afirmar que Fernando Henrique Cardoso herdou de seu mandato anterior uma crise cambial “contratada” e a insustentabilidade do regime de bandas cambiais que havia garantido a manutenção da estabilidade inflacionária e a popularidade do presidente até então. Assim, observa-se no discurso de posse do segundo mandato de FHC um caráter mais desintervencionista, em que afirma seu compromisso com a estabilidade monetária, a abertura econômica, a desestatização, o ajuste e reforma fiscal, além da reforma previdenciária.

Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.

O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.

[...]

O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.

[...]

A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.

[...]

Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto

não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado, preço elevado.

Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.

[...]

A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam. (CARDOSO, 1999)

4.5. 1º Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006)

O segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso foi marcado por baixo crescimento econômico. Além disso, em 2002 observou-se desvalorização cambial e aceleração da inflação, a despeito do tripé de sustentação da política macroeconômica (regime de metas de inflação; taxa de câmbio flutuante; metas de superávit primário). No entanto, deve-se ressaltar que FHC teve que enfrentar outras crises internacionais, como a crise da argentina (2001), ataques terroristas (2001), estouro das empresas de alta tecnologia (em 1999/2001). Adicionalmente, a própria perspectiva da vitória do candidato de esquerda Lula da Silva contribui para a instabilidade no mercado.

Nesse contexto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou apaziguar os ânimos, lançando a “Carta ao Povo Brasileiro”. Em seu discurso, Lula da Silva reafirma seu compromisso com a estabilidade e responsabilidade fiscal, como é possível observar na passagem abaixo:

Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. (LULA DA SILVA, 2003)

Lula também fala em mudança, mas com diálogo e negociação:

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. (LULA DA SILVA, 2003).

Mas já é possível perceber no discurso de posse do primeiro mandato de Lula da Silva uma postura moderadamente intervencionista, pois critica a agenda liberal, fala sobre reforma agrária, políticas e programas sociais, política salarial e trabalhista, e fomento ao desenvolvimento, como é possível observar nas passagens a seguir:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à

soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. [...]

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz. (...) A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica.

[...]

Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

[...]

Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção. (...) O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. (LULA DA SILVA, 2003).

Pode-se apontar o fomento ao desenvolvimento com um dos itens mais destacado de seu discurso, além de assuntos relacionados à política externa, comércio internacional e internacionalização:

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. (LULA DA SILVA, 2003).

Nota-se também traços nacionalistas, em seu discurso:

E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo. (...) Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. (LULA DA SILVA, 2003).

Outro ponto destacado em seu discurso é a ideia de combate à pobreza e à desigualdade.

No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. (...) Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro

pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (LULA DA SILVA, 2003).

4.6. 2º Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007 - 2010)

Em 2005 houve a “Crise do Mensalão”, em que o partido político do presidente estava envolvido. Por fim, em seu primeiro mandato Lula manteve as básicas diretrizes da política macroeconômica do governo FHC, conseguiu sustentar a estabilidade econômica e reduziu a dívida pública. Assim, Lula herdou de seu mandato anterior um cenário econômico mais estável: inflação controlada, indicadores externos favoráveis, estabilidade cambial, melhoras nos indicadores fiscais. Lula profere um discurso de caráter mais intervencionista, focando no fomento do desenvolvimento econômico, na participação estatal na economia, e no estímulo ao crédito:

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país. (...) Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução. (...) Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Embrapa, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade. [...]

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.

[...]

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros. (...) Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito. (LULA DA SILVA, 2007a, 2007b)

Lula colheu grande sucesso com o “Bolsa Família²”, principal instrumento do programa “Fome Zero³”, além de outros programas sociais, como o “ProUni⁴”. Nota-se em seu discurso que as questões sociais, sobretudo relacionadas à desigualdade e à pobreza são muito mencionadas.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero --saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados-- teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por

² É um programa de transferência de renda, que unificou quatro programas de transferência de renda do governo federal – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

³ Para que todos os brasileiros pudessem se alimentar com dignidade, organizou-se uma estratégia em quatro eixos: (I) acesso aos alimentos; (II) fortalecimento da agricultura familiar; (III) geração de renda; (IV) articulação, mobilização e controle social. Faz parte desse programa o Bolsa Família.

Suas iniciativas englobam diversos ministérios, as três esferas, federal, estadual e municipal e a sociedade civil.

⁴ O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais, em instituições particulares de educação superior.

outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países. (LULA DA SILVA, 2007a)

4.7. 1º Governo de Dilma Vana Rousseff (2011 - 2014)

Lula encerrou seu segundo mandato com um cenário econômico favorável: pois teve expansão econômica e melhores indicadores sociais. A presidente Dilma Rousseff ao tomar posse herdou o um cenário econômico mais estável de seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva: inflação controlada, indicadores externos favoráveis, estabilidade cambial, melhoras nos indicadores fiscais. Dilma então focou em manter o que seu antecessor, de mesmo partido, fez. Em seu discurso, Dilma adota uma postura intervencionista ao tratar de assuntos relacionados ao bem-estar social, incentivos governamentais, estímulos ao crédito, fomento ao desenvolvimento, políticas/programas sociais;

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

[...]

[O governo irá promover] o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes. (...) Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país. (...) avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

[...]

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

[...]

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas (ROUSSEFF, 2011a, 2011b)

Vale ressaltar que Dilma se compromete com a manutenção dos programas sociais herdados do governo Lula:

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança. (ROUSSEFF, 2011a)

4.8. 2º Governo de Dilma Vana Rousseff (2015 - 2016)

Dilma encerrou seu primeiro mandato com o seguinte panorama: estagflação - inflação atingindo o limite superior da meta, estagnação da economia, deterioração das contas externas. Dilma Rousseff herdou de seu mandato anterior um cenário econômico mais conturbado, uma crise política, especialmente pelo escândalo de corrupção e megaoperação

“Lava Jato”. Dilma manteve sua postura intervencionista, no que diz respeito aos direitos sociais, incentivos governamentais, infraestrutura investimento público, estímulo creditício, políticas/programas sociais, protecionismo, bem-estar social:

Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la. (...) Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível.

[...]

Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

[...]

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores.

[...]

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. (...) Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos.

[...]

Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

[...]

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens.

[...]

Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

[...]

Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade. (ROUSSEFF, 2015a, 2015b)

4.9. Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 – 2018)

Dilma Rousseff sofreu impeachment em seu segundo ano do segundo mandato por crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais e por créditos suplementares sem autorização legislativa. Seu vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência. Ao tomar posse, o presidente Michel Temer herdou o seguinte cenário político de sua antecessora Dilma: crise política causada pelo impeachment, recessão econômica e inflação.

O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população.

[...]

Eu quero também remover - pelo menos nós faremos um esforço extraordinário para isto –a incerteza introduzida pela inflação dos últimos anos. Inflação alta - vai mais uma trivialidade –atrapalha o crescimento, desorganiza a atividade produtiva e turva o horizonte de planejamento dos agentes econômicos. E sabe quem sofre as primeiras consequências dessa inflação alta? É a classe trabalhadora e os segmentos menos protegidos da sociedade, é que pagam a parte mais pesada dessa conta. (TEMER, 2016a, 2016b)

Nota-se em seu discurso traços desintervencionistas, por meio das codificações: desestatização, reforma trabalhista, reforma previdenciária, ajuste/reforma fiscal, ajuste do setor público:

Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País.

[...]

Há matérias, meus amigos, controvertidas, como a reforma trabalhista e a previdenciária. A modificação que queremos fazer, tem como objetivo, e só se este objetivo for cumprido é que elas serão levadas adiante, mas tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego. Para garantir o pagamento, portanto. Tem como garantia a busca da sustentabilidade para assegurar o futuro.

[...]

De imediato, precisamos também restaurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento.

[...]

A primeira medida, na linha dessa redução, está, ainda que modestamente, aqui representada, já eliminamos vários ministérios da máquina pública. E, ao mesmo tempo, nós não vamos parar por aí. Já estão encomendados estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas. Sabidamente funções gratificadas desnecessárias. Sabidamente, na casa de milhares e milhares de funções comissionadas. (TEMER, 2016a, 2016b)

4.10. Jair Messias Bolsonaro (2019)

No mandato do Temer o Brasil começou a sair da recessão. O presidente Jair Bolsonaro ao tomar posse herdou o um cenário econômico mais estável de seu antecessor Michael Temer: cenário de recuperação da recessão e crise política. Nota-se em seu discurso um tom mais desintervencionista, principalmente por abordar sobre livre mercado, ajuste/reforma fiscal, estabilidade/regras/direitos a propriedade, abertura econômica,

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

[...]

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada (...) Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais

para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

[...]

(...) garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

[...]

Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico. (BOLSONARO, 2019a, 2019b)

Como o período presidencial de Bolsonaro está em curso, ainda não há como avaliar os resultados de seu governo em comparação com o diagnóstico e ações sinalizadas no discurso de posse.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou avaliar o que revelavam os discursos de posses presidenciais sobre as ações que seriam tomadas pelo governo a partir do diagnóstico que o presidente apresentou. Para embasar teoricamente essa investigação, utilizou-se o modelo teórico de intervenção-crise-desintervenção de Sanford Ikeda, que mostra que as intervenções governamentais para enfrentar manifestações de crise (como inflação, desemprego, recessão, estrangulamentos financeiros externos, dificuldades de sustentabilidade para a dívida pública, pobreza e desigualdade), muitas vezes, resultam em novas manifestações de crise, que, em algum momento, acabam por demandar uma ação de caráter desintervencionista.

Para avaliar como esse modelo teórico ajuda a compreender os movimentos da economia brasileira desde o primeiro presidente eleito diretamente, após a redemocratização o trabalho utilizou a análise dos discursos presidenciais. Os resultados encontrados apontam que, na prática e independentemente do cenário diagnosticado pelo presidente eleito, nenhum dos discursos de posse foi exclusivamente desintervencionista ou intervencionista. No entanto, foi possível identificar alguns padrões, que serão relatados a seguir. Nesse sentido, o presidente Fernando Collor de Mello elegeu-se em um cenário marcado por manifestações de crise associadas a um processo superinflacionário, esgotamento da capacidade financeira do Estado e elevada dívida externa, apresentando um discurso preponderantemente liberal e desintervencionista, que abriu caminho para o processo de privatizações utilizado para enfrentar o esgotamento da capacidade financeira do Estado.

O presidente Itamar Franco, que assumiu após a crise política decorrente do processo de impeachment de Collor de Mello, por corrupção, e do fracasso de seu programa de estabilização econômica, apresentou um discurso em que procurava se distanciar de seu antecessor, revelando traços moderadamente intervencionistas e, mesmo quando tratava da desintervenção do Estado, o fazia de maneira reticente.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em sua posse do 1º mandato, realizou um discurso mais neutro, que não revelava muito sobre suas ações futuras, embora seu governo tenha se mostrado preponderantemente desintervencionista, sobretudo no que se refere ao aprofundamento do processo de privatizações. Por outro lado, a própria concepção original do Plano Real implicava forte intervenção do governo no mercado de câmbio, que culminou em uma crise cambial de grandes proporções, logo no início de seu segundo mandato. Nesse contexto, no discurso de posse do 2º mandato, FHC mostrou-se mais marcadamente desintervencionista.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse do 1º mandato, foi moderadamente intervencionista, sobretudo no que tange às questões sociais. Mesmo assim, deixou clara a continuidade das políticas de FHC, que estavam assegurando a estabilidade macroeconômica. Já em seu 2º mandato, o presidente Lula proferiu um discurso mais intervencionista, sobretudo em relação aos problemas associados à pobreza e à desigualdade.

A presidente Dilma Rousseff elegeu-se após a guinada na política econômica de Lula, na metade do segundo mandato, quando passou a agir mais intensamente para estimular os setores econômicos, após a crise internacional de 2007/2008. O discurso de posse do 1º mandato de Dilma sinaliza a continuidade das políticas de intervenção social e de utilização do Estado para o fomento da atividade econômica. Em seu 2º mandato, a presidente Dilma, reeleita após um período de fortes manifestações políticas e acirrada disputa eleitoral, sinalizou, em seu discurso de posse, a continuidade da visão marcadamente intervencionista do governo na Economia, a despeito dos sinais negativos dados pelo início de uma recessão e de uma taxa de inflação na casa de dois dígitos.

O presidente Michel Temer assumiu após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, que fracassou em promover uma articulação política que viabilizasse seu governo e entregou o país em grave recessão. O discurso de Temer sinaliza que as reformas necessárias para tirar o país da crise envolveriam a redução da intervenção estatal na economia (desintervenção).

O presidente Jair Bolsonaro assumiu com o país em recuperação econômica, mas politicamente muito polarizado. Seu discurso de posse assumiu um caráter notadamente desintervencionista, que marcava seu distanciamento de seu rival político, o Partido dos Trabalhadores. Como se trata de um governo que ainda está em curso, não há distanciamento histórico suficiente para avaliar o grau de coerência entre o discurso e a prática desse governo.

Por fim, conclui-se que foi alcançado o objetivo central desta pesquisa de analisar o que revelaram os discursos dos presidentes empossados desde 1990 quanto aos

diagnósticos relacionados às crises e desafios que iriam enfrentar, bem como as ações em termos de intervenção e desintervenção na economia. Apesar de não ter sido encontrado nenhum tipo puro de discurso intervencionista ou desintervencionista, o modelo de intervenção-crise-desintervenção de Ikeda (IKEDA, 1997, 2015) fornece um esquema analítico útil para compreender movimentos importantes, em termos de políticas governamentais, ocorridos na economia brasileira, compatíveis com os discursos dos presidentes empossados, como: 1) o aprofundamento do processo de privatizações para fazer frente ao esgotamento financeiro do setor público, no governo Collor de Mello; 2) a abertura comercial, aprofundada durante os governos Itamar Franco e FHC, como medida complementar para conter a crise inflacionária; 3) a desintervenção no mercado câmbio, que se tornou flutuante, no segundo mandato de FHC, diante da crise cambial, que inviabilizou o regime de bandas, que até então sustentava o Plano Real; 4) a ligeira desintervenção estatal com a reforma trabalhista, a imposição de um teto constitucional para os gastos do setor público e a reforma da previdência, diante da crise financeira do Estado e da profunda recessão dos anos 2015-2016. Por outro lado, vale ressaltar que a estabilidade obtida a partir do Plano Real forneceu um ambiente favorável para que os governos Lula e Dilma pudessem implementar medidas crescentemente intervencionistas, nos 14 anos em que estiveram no poder. Esses resultados são coerentes com o modelo de intervenção-crise-desintervenção de Sanford Ikeda.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana; SCARANO, Paulo; MACIEL, Vladimir; MURAMATSU, Roberta; FREIRE, Lucas G. **Evaluating Intervention-Crisis-Disintervention Cycles in Brazil, 1989-2019: An Exploratory Proposal**: SSRN. São Paulo.

BARBIERI, Fabio. **A economia do intervencionismo**. São Paulo: LVM Editora, 2017.

BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Presidência da República, 2019. a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 8 jul. 1969.

BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília: Presidência da República, 2019. b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 8 jul. 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasil-distrito-federal-01-01-95/view>. Acesso em: 8 jul. 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pronunciamento do Presidente da República - Posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/01.pdf/view>. Acesso em: 8 jul. 2021.

COLLOR DE MELLO, Fernando. **O compromisso com a democracia**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1990. a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/02.pdf/view>. Acesso em: 8 jul. 1969.

COLLOR DE MELLO, Fernando. **O projeto de reconstrução nacional - Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1990. b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>. Acesso em: 8 jul. 1969.

FRANCO, Itamar. **Primeiro Pronunciamento do Sr. Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1992. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/discursos/1992/30-12-1992-primeiro-pronunciamento-do-sr-itamar-franco-presidente-da-republica-a-nacao-em-cadeia-facultativa-de-radio-e-tv/view>. Acesso em: 8 jul. 1969.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20–9, 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, M.; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016.

HUANG, Ronggui. **R-based Qualitative Data Analysis. R package version 0.2-8**. Xangai. Disponível em: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>. Acesso em: 9 set. 2021.

IKEDA, Sanford. **Dynamics of the mixed economy: Toward a theory of interventionism**. London and New York: Routledge, 1997.

IKEDA, Sanford. Dynamics of Intervention. In: **The Oxford Handbook of Austrian Economics**. New York: Oxford University Press, 2015.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2003.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2007. a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007>. Acesso em: 8 jul. 1969.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Discurso de posse de Lula no Parlatório**. Brasília: Folha de São Paulo, 2007. b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88185.shtml>. Acesso em: 8 jul. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sítio da Biblioteca da Presidência da República**. 2020. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2011. a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>. Acesso em: 8 jul. 1969.

ROUSSEFF, Dilma. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2011. b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2015. a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2015. b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio-1>. Acesso em: 8 jul. 2021.

RUIZ DE GAMBOA, Ulisses Monteiro; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval De; TUROLLA, Frederico Araujo. **Macroeconomia Para Gestão Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2016.

TEMER, Michel. **Íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer**. Brasília: Folha de São Paulo, 2016. a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>. Acesso em: 8 jul. 1969.

TEMER, Michel. **Íntegra do 1º pronunciamento de Temer como presidente**. Brasília: Portal G1, 2016. b. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-1-pronunciamento-de-temer-como-presidente-veja-e-leia.html>. Acesso em: 8 jul. 1969.

Contatos: bruna.subtil.faccioli@gmail.com; paulo.scarano@mackenzie.br